

CORREIO NACIONAL



Paulo Pinto/Agência Brasil

Algumas regiões também têm baixa umidade

Inmet emite alerta laranja para calor em 10 estados

O Instituto Nacional de Meteorologia (Inmet) emitiu alerta laranja de perigo para onda de calor para dez estados e o Distrito Federal. Nesses locais, a temperatura registrada está 5° acima da média.

Serão afetados pelo forte calor, além do Distrito Federal, os estados de Rondônia, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, São Paulo, Paraná, Santa Catarina, além da região norte do Rio Grande do Sul.

Anvisa proíbe marcas

A importação e distribuição de azeites das marcas Serrano e Cordilheira – extra virgem, com 0,5% de acidez – por empresas de procedência desconhecida no Brasil levaram a Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) a proibir a venda dos dois produtos no país. A resolução nº 3.508 foi publica-

O Inmet também divulgou alerta laranja para baixa umidade. Estão incluídas no alerta as regiões Centro-Oeste, parte dos estados do Nordeste (com exceção de Alagoas e Sergipe), nos municípios mais afastados do litoral, além de Minas Gerais, São Paulo e Paraná.

Nesses locais, a umidade relativa do ar deve variar de 20% e 12%. Há risco de incêndios florestais e à saúde da população, com ressecamento da pele, desconforto nos olhos, boca e nariz.

da quarta no Diário Oficial da União, e trouxe também a suspensão da comercialização de um lote de coco ralado da marca Coco and Cia.

A proibição da fabricação, da propaganda e do uso dos azeites ocorreu porque os produtos foram importados por empresas sem o CNPJ.

Relação candidato/vaga do CNU

A ausência de pouco mais de 1 milhão de inscritos no Concurso Público Nacional Unificado (CNU) alterou a relação candidato/vaga. Os novos números foram divulgados na última quarta-feira (25) pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos (MGI).

É possível conferir a

nova relação candidato/vaga no site do MGI. Lá, estão disponíveis os dados separados por blocos temáticos e também por órgãos participantes do concurso.

O maior percentual de abstenção foi no nível médio, o bloco 8, que tinha a maior relação candidato por vaga.

Operação contra abuso sexual

A Polícia Federal cumpre nesta manhã 141 mandados de busca e apreensão, em todas as unidades da federação, contra suspeitos de armazenar e compartilhar material de abuso sexual infantojuvenil.

A Operação Terabyte conta com o trabalho de mais de 750 policiais, entre federais e civis. Além

disso, a Polícia Federal contou com o apoio da Agência de Investigação Interna (Homeland Security Investigations – HSI), da Embaixada dos Estados Unidos.

A operação busca identificar e prender criminosos em todo o país que agem, principalmente, na internet.

Direito de testemunhas de Jeová

Por unanimidade, os ministros do STF reconheceram o direito das Testemunhas de Jeová recusarem transfusão de sangue em procedimento na rede pública de saúde, quando houve tratamento alternativo. Os adultos terão direito a tratamento alternativo no SUS, na

mesma localidade de residência ou outra. Todos os custos devem ser pagos pelo Estado. Os ministros do STF entenderam que a recusa à transfusão de sangue está fundamentada nos princípios constitucionais da dignidade da pessoa humana e da liberdade religiosa.

Convívio no Judiciário

A ministra Regina Helena Costa, do Superior Tribunal de Justiça (STJ), defendeu nesta terça-feira (24) a melhoria das relações entre homens e mulheres nos espaços de trabalho do Poder Judiciário.

No início da sessão da Primeira Turma do STJ, a ministra comentou o

episódio de constrangimento provocado pelo ministro Gurgel de Faria durante a reunião realizada na semana passada.

Na ocasião, o ministro se retirou da sessão após Regina Helena iniciar a leitura do voto proferido em um dos casos julgados pelo colegiado.

Intensificação de ações para mitigar efeito da seca

Ministra da Saúde, Nísia Trindade, prometeu maior esforço

Fabio Rodrigues-Pozzebom/Agência Brasil

A ministra da Saúde, Nísia Trindade, anunciou na quarta que vai intensificar os trabalhos da Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde, diante do atual quadro de secas, queimadas e demais ocorrências geradas pelas mudanças no clima.

A Sala de Situação existe desde junho e tem como objetivo planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas em momentos de urgência.

O excesso de fuligem e fumaça no ar, associado ao clima seco, pode provocar mal-estar a muitas pessoas, em especial crianças e idosos. Especialistas têm apontado preocupação.

Segundo a ministra, a partir dos dados obtidos pelo programa Vigiar, o Ministério da Saúde estabelece as parcerias com os secretários estaduais e municipais de saúde pelo país.

Nísia destacou que, apesar de as recomendações do Ministério de Saúde serem uniformes, existe a necessidade de se observar as especificidades de cada região. “Há uma capilaridade na forma de atuar que precisa ser feita em conjunto com as equipes do estado e dos municípios”, disse, durante en-



Nísia Trindade deu entrevista ao programa Bom dia, ministra

trevista do programa Bom dia, ministra.

A ação da Força Nacional SUS, a postos no apoio aos estados e municípios atingidos pelas queimadas, também pode ser intensificada principalmente no reforço das equipes do programa Saúde da Família e nas unidades básicas de saúde.

Durante entrevista, Nísia destacou ainda a ampliação do número de médicos no território Yanomani, com a con-

tratação de 400 profissionais de saúde, como ginecologistas, obstetras, médicos de família, pediatras, infectologistas, socorristas e sanitaristas. O investimento foi feito em conjunto pela Secretaria de Saúde Indígena (Sesai) e a Agência Brasileira de Apoio à Gestão do SUS (AgSUS).

A ministra citou ainda o lançamento do plano de ação para redução dos impactos das arboviroses. Segundo ela,

a dengue ampliou sua escala de presença chegando hoje a cerca de 200 países. “O Uruguai, por exemplo, teve agora uma primeira epidemia de dengue”, comentou. A intenção do ministério é, além das estratégias tradicionais no combate ao mosquito *Aedes Aegypti*, utilizar novas tecnologias a partir de estudos científicos, como o chamado Método Wolbachia, conduzido pela Fiocruz.

O uso seguro de fórmulas infantis

Freepik



Anvisa também explica como comunicar efeitos adversos

A Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) soltou um alerta sobre o uso seguro de fórmulas infantis. Entre as recomendações está a de que os consumidores evitem comprar fórmulas infantis importadas por meio de comércio eletrônico, devido à dificuldade para saber a origem e a regularização do produto.

Fórmulas infantis são produtos, em forma líquida ou em pó, especialmente fabricados para satisfazer as necessidades nutricionais de públicos específicos. Esses produtos precisam ter registro na Anvisa, conforme determina a legislação, e somente devem ser utilizados sob prescrição por profissional de saúde habilitado, como médico pediatra ou nutricionista.

As fórmulas infantis podem ser classificadas como alimentos destinados à alimentação de lactentes (0 a 6 meses de idade) e/ou de seguimento para lactentes (6 a 12 meses de idade) e/ou crianças de primeira in-

fância (1 a 3 anos de idade).

As fórmulas infantis são alimentos que necessitam de registro na Anvisa antes da sua importação, fabricação, comercialização ou dispensação. O consumidor deve ficar atento e adquirir somente produtos com procedência conhecida.

O rótulo do produto deve informar o número de registro. Para confirmar o registro do produto, a Anvisa sugere uma consulta à base de dados dispo-

nível no portal da agência.

A agência pede que o consumidor só utilize fórmulas infantis com orientação de um profissional de saúde habilitado, como médico pediatra ou nutricionista. O Ministério da Saúde e a OMS recomendam o aleitamento materno até os dois anos de idade ou mais e de maneira exclusiva até os seis meses de vida.

É preciso ler todas as instruções de preparação presentes

no rótulo. A correta higienização de utensílios que entram em contato com a fórmula, como mamadeiras, copos e colheres, também é fundamental para garantir a segurança do produto.

O órgão alerta ainda para que a diluição seja feita na quantidade adequada, conforme informado pelo fabricante, e na temperatura segura (70°C), que garante o menor risco de contaminação por microrganismos perigosos, como bactérias do gênero *Cronobacter* e *Salmonella*.

Segundo a Anvisa, os eventos adversos relacionados ao uso de fórmulas infantis devem ser relatados à empresa responsável, conforme contato disponível no rótulo do produto, e podem ser notificados à Anvisa.

A notificação de eventos adversos relacionados ao consumo de alimentos industrializados, inclusive fórmulas infantis, deve ser realizada em formulário específico.

STF

STF vai ganhar mais de cinco mil árvores no seu entorno

Ipês amarelos, brancos, roxos, Angicos, Aroeiras, Jacarandás, Mognos etc. Essas são algumas das espécies dentre as 5.270 mudas de árvores nativas do Cerrado que serão plantadas nas imediações do Supremo Tribunal Federal (STF) nos próximos três meses.

É o que prevê o protocolo de intenções pactuado entre o Tribunal, o Governo do Distrito Federal (GDF) e a Companhia Urbanizadora da Nova Capital (Novacap).

A assinatura do termo que inclui o Tribunal no plano de arborização do Distrito Federal aconteceu na tarde desta quarta-feira (25), na Presidência do STF.

STJ

Preso precisa dar material genético para banco de DNA

A Sexta Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) negou o habeas corpus a um condenado que não queria fornecer o seu próprio material biológico para armazenamento no banco genético de perfis criminais, conforme disposto no artigo 9º-A da Lei de Execução Penal.

O processo chegou ao STJ após o tribunal local não ter concedido o habeas corpus sob o fundamento de que o material biológico não servirá para produção de prova no processo contra o paciente, que já foi concluído, embora possa vir a ser usado em eventuais processos futuros, até mesmo como prova de inocência.

TSE

TSE aprova uso da força federal nas eleições

O Tribunal Superior Eleitoral aprovou na terça o envio de militares federais para realizar a segurança de locais de votação no primeiro turno das eleições municipais, que será realizado no dia 6 de outubro.

Por unanimidade, os ministros aprovaram um pacote de 53 processos para garantir o envio de soldados das Forças Armadas para municípios dos estados de Tocantins, Piauí, Rio de Janeiro, Mato Grosso do Sul, Amazonas, Ceará, Maranhão, Acre, Mato Grosso, Pará, Paraíba e Rio Grande do Norte.

A presidente do TSE, Cármen Lúcia, destacou que a aquisição de forças federais é um procedimento comum.

TCU

TCU fiscaliza folhas de pagamento de 2023

O Tribunal de Contas da União (TCU) realizou a fiscalização contínua de folhas de pagamento do ano de 2023 para avaliar a atuação das organizações federais na apuração de irregularidades em suas folhas de pagamento e para reduzir riscos associados à ocorrência dessas falhas. Além disso, a fiscalização verificou se houve cumprimento do Acórdão 995/2023-Plenário.

A auditoria constatou que os riscos anteriormente detectados, decorrentes da falta de integração entre as bases de dados relacionados às folhas de pagamento das organizações públicas, persistiram ao longo de 2023.